

Ainda sobre o Projeto Político Pedagógico

Ele tem vida e autonomia. Logo precisa de estímulo, alimento (para o corpo e para o espírito), atenção, cuidado e respeito. Ele precisa ser compartilhado entre todos que convivem dentro do mesmo contexto. Ele necessita da cooparticipação da comunidade escolar para o seu constante e permanente feedback.

Um Projeto não pode estar desconectado das diferenças. Ele não pode ater-se a uma escola elitista ou construtora para a linha de produção esperada pela sociedade de consumo. Isso faz lembrar o filme de Chaplin, Tempos Modernos, que retrata a sociedade capitalista do século XVIII, após a revolução industrial. Nele um personagem trabalha em uma fábrica de maneira contínua e ininterrupta alinhando-se com o maquinário, misturando-se a ele, produzindo sem pensar.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico prevê que todos os alunos são diferentes. Ele está preparado para a diferença. Quando a inclusão educacional é trazida para a agenda de debates logo temas como: Transtornos Globais do Desenvolvimento, Deficiência Visual, Surdez, Deficiência Intelectual, Deficiência Neuromotora, são trazidos para a discussão. Quando se fala em um processo de inclusão o Projeto deve apontar também para todos aqueles que sofrem pelo preconceito, velado e dissimulado. O bullying que tanto tem ocupado espaço em pauta de reuniões e palestras é uma clara demonstração do processo excludente no espaço escolar.

No cotidiano escolar as diferenças manifestam-se cada vez mais com a multiplicidade de alunos com problemas de aprendizagem e de comportamento. Os profissionais se vêem despreparados para um trabalho cada vez mais exigente. Pois um curso de graduação não é mais suficiente para preparar o professor que terá a seu encargo alunos, crianças e adolescentes, diferentes uns dos outros. Um professor, por exemplo, logo terá que trazer em seu currículo a formação em Educação Bilíngue para Surdos Libras/Língua Portuguesa. No quadro de pessoal a escola deve contar com profissionais com formação para o atendimento especializado. A capacitação em serviço deve prever “Capacitar para a Diferença”. Esse é um caminho que não tem mais volta. A escola deve se preparar para institucionalizar a oferta do atendimento educacional especializado. Não da forma como hoje se apresenta, um aluno em cada turma, e apenas para alguns casos.

Outra questão que está batendo à porta da escola é o período integral. Não como o vemos atualmente em algumas situações pontuais. Mas o projeto para o período integral deve

englobar toda a ação educativa da escola, ser coeso e integrado com as demais atividades do currículo obrigatório. Deve integralizar a carga horária total cursada pelo aluno. Isso quer dizer que ele deve ser obrigatório para todos e a carga horária que irá compor a documentação escolar é a do período integral.

Quando se fala em Projeto Político Pedagógico as ações devem ser planejadas e construídas através do resultado concreto do cotidiano. Não se pode mais improvisar. O roteiro do dia a dia na escola deve ser muito bem ensaiado e dirigido.

Espera-se que a sociedade seja composta por cidadãos sujeitos de direitos, e nesse meandro o Projeto Político Pedagógico tem um papel fundamental.

Na construção dinâmica do Projeto todas as experiências escolares devem ser bem vindas. E como resultado a avaliação de todo o processo acompanha as mudanças que pressionam uma revisão urgente do fazer pedagógico de cada instituição de ensino.

Professora Fátima Chueire Holanda é Assessora Pedagógica do Sinepe/PR.